

DO EFÊMERO AO PERENE:
AS CELEBRAÇÕES DA MORTE NO PANTEÃO RÉGIO
de SANTA MARIA DE BELÉM e o modelo dominante
na TUMULÁRIA MANEIRISTA PORTUGUESA

I. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS⁽¹⁾

Uma questão prévia à abordagem do tema que nos propusemos para esta comunicação é aquela que se prende com a evolução da ideia de Santa Maria de Belém como panteão régio, pelo que, de forma muito sumária, deve referir-se que tal evolução não foi linear, nem tão-pouco teve origem nas acções de D. Manuel, ao contrário do que na generalidade se afirma. Com efeito, bastará analisar a expressão de intenções quanto ao local de sepultura constantes dos testamentos dos sucessivos monarcas, começando desde logo por aquele do Venturoso, para se constatar de forma clara tal facto. Note-se, por exemplo, que D. Manuel, no seu testamento, datado de 1417, manifesta o seu desejo em ser sepultado na igreja de Santa Maria de Belém (na capela-mor, junto ao altar), mas nada refere relativamente à(s) sua(s) mulheres e filhos. Pelo que, desde logo, se pode afirmar que o soberano entendia a igreja jerónima de Belém enquanto seu jazigo pessoal e não enquanto panteão familiar. Já D. João III evidenciava um entendimento da casa religiosa de Belém como panteão de seus pais e irmãos, mas escolheu, para local de sua sepultura e de seus filhos, o convento de Cristo em Tomar, como ficou expresso no texto do seu testamento. Por seu turno, D. Henrique, que já elegera a igreja do colégio jesuíta do Espírito Santo de Évora, que fundara, para local da sua sepultura, mudou de ideias quando se viu feito rei e determinou o seu sepultamento em Santa Maria de Belém. Finalmente, D. Sebastião possuía intenções muito diversas: no texto do seu testamento podia ler-se o desejo claro de ser sepultado na capela-mor da igreja de Santa Cruz de Coimbra, em monumento fúnebre que se haveria de erigir em posição fronteira àquele de D. Afonso Henriques⁽²⁾.

Tendo em consideração o que acabou de expor-se, de forma sumaríssima, quanto à evolução de Santa Maria de Belém como panteão régio – com todas as suas etapas, caracterizadas por avanços e, se não recuos, pelo menos desvios –, parece-nos simplista falar liminarmente do mosteiro como se à partida, desde

o momento da sua fundação, ele fosse concebido para tal função. Cremos antes tratar-se de um processo, o qual foi, ao longo do tempo, definindo e solidificando contornos de uma ideia que, se não era inicialmente inexistente, seria pelo menos vaga.

II. AS CELEBRAÇÕES DE EXÉQUIAS FÚNEBRES EM SANTA MARIA DE BELÉM

Foram múltiplas as celebrações de exéquias fúnebres que entre os séculos XVI e XVII tiveram lugar na igreja do mosteiro Jerónimo de Santa Maria de Belém, de entre elas seleccionaremos para esta apresentação tão-só aquelas acerca das quais dispomos de notícias coevas (ou cronologicamente próximas) relevantes quanto a aspectos relacionados com a temática do presente colóquio e não as que poderiam ser consideradas mais importantes, do ponto de vista do seu interesse histórico.

1521: AS EXÉQUIAS FÚNEBRES DE D. MANUEL

As exéquias fúnebres de D. Manuel ainda têm lugar na igreja velha (isto é, na igreja ou ermida fundada pelo infante D. Henrique), por a nova não se encontrar ainda pronta, como refere Damião de Góis: “(...) *é por o corpo da Egreja não ser ainda acabado lâçarão na egreja velha em huma sepultura rasa, polo elle assi mãdar (...).*”⁽³⁾. Com efeito, ser sepultado numa campa rasa é a vontade de D. Manuel, expressa no seu testamento de Abril de 1517, como já vimos⁽⁴⁾. Tal vontade é igualmente respeitada por seu filho, D. João III, quando, em 1551, procede à trasladação dos restos mortais do monarca seu pai para a capela-mor da nova igreja de Santa Maria de Belém.

1554: EXÉQUIAS FÚNEBRES DO PRÍNCIPE D. JOÃO, FILHO DE D. JOÃO III

Embora o príncipe D. João tenha falecido a 2 de Janeiro de 1554, a sua morte só foi revelada no dia 20 do mesmo mês, para que dela não tivesse conhecimento a princesa D. Joana, sua mulher, então quase no termo da gravidez, a fim de que o desgosto não provocasse qualquer complicação no parto⁽⁵⁾.

O mais detalhado relato que conhecemos das exéquias fúnebres do príncipe D. João – que só após o nascimento de D. Sebastião se celebraram, pela razão acima mencionada – é aquele que integra uma miscelânea da Secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa⁽⁶⁾.

Para a realização destas exéquias, a 27 de Janeiro de 1554, estava “(...) *o Moesteiro de Belem todo Cuberto de dó asi as paredes como os pilares em que se diz Levar duzentas e setenta*

e duas pessoas (...), e na Capela mor estava huma Essa muito grande e sumptuosa a qual tinha doze degraos e em cima a Tumba de veludo preto, e em cima as Armas do Principe com a coroa de Rey, com huma Risca por meyo das Torres das Armas denunciando que ainda não chegara a ser Rey (...).”⁽⁷⁾ (negrito nosso).

No dia seguinte, 28 de Janeiro, pela uma hora da tarde, foram celebrados vários officios na presença de numerosos religiosos dos diversos conventos de Lisboa⁽⁸⁾. A oração fúnebre foi proferida por D. Sancho de Noronha, que pregou durante três horas e chorou muito, segundo o mesmo relato⁽⁹⁾.

1572: TRASLADAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS DOS REIS D. MANUEL, D. MARIA E D. JOÃO III PARA NOVAS SEPULTURAS

Após haver concluído as obras de edificação da nova capela-mor da igreja do mosteiro de Santa Maria de Belém, a rainha D. Catarina tratou de proceder à trasladação dos restos mortais de seus sogros (D. Manuel e D. Maria) e de seu marido (D. João III) para novas sepulturas, aí realizadas⁽¹⁰⁾.

O texto do Pe. Jozé Pereira Bayão⁽¹¹⁾ constitui o mais longo e pormenorizado relato dessas trasladações, não sendo certamente o único nem o mais remoto. Na sua obra *Do Mosteiro dos Jerónimos de Belém, Termo de Lisboa*, Artur Marques de Carvalho apresenta um documento do Arquivo de Simancas⁽¹²⁾, sem data ou assinatura, mas que o autor considera datável de Dezembro de 1572 e revela ter sido redigido com letra semelhante à de D. Juan de Borja, embaixador de Filipe II em Lisboa entre 1572 e 1573. Este documento – a confirmar-se a datação proposta – constituir-se-ia como um dos primeiros relatos dos acontecimentos de Outubro de 1572, sendo que o do Pe. Jozé Pereira Bayão, embora cronologicamente posterior, continua a ser aquele que oferece um mais rico conjunto de informações.

Ainda quanto a memórias destes acontecimentos de 14 Outubro de 1572 deve referir-se um outro brevíssimo texto (que nos foi dado encontrar numa cópia setecentista inserta nas *Miscelâneas Manuscritas* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo)⁽¹³⁾ no qual se mencionam sumariamente os passos das cerimónias desse dia.

Os restos mortais de D. Manuel, de D. Maria e de D. João III que, durante o decurso das obras de edificação da nova capela-mor, haviam ficado em cofres depositados na sacristia do mosteiro⁽¹⁴⁾, foram levados para as novas sepulturas a 14 de Outubro de 1572, estando já toda a igreja armada de luto.

Para a ocasião reuniram-se em Belém, no dia anterior (13 de Outubro), para além da família real e corte, 569 religiosos, o cabido da Sé e os capelães da casa real. Todos os religiosos, fidalgos e bispos cobertos de luto deslocaram-se em procissão desde a sacristia até à igreja percorrendo todo o claustro do mosteiro. Chegados ao cruzeiro, foram colocados os cofres contendo os restos mortais dos monarcas sobre um estrado de degraus, todo coberto de brocado⁽¹⁵⁾.

O rei D. Sebastião e altos dignatários assistiam desde o cruzeiro, a rainha D. Catarina e a infanta D. Maria (filha de D. Manuel e D. Leonor) encontravam-se no coro-alto, enquanto o cardeal D. Henrique dirigia as cerimónias estritamente religiosas como celebrante.

Na Terça-feira 14 de Outubro sucederam-se as missas pelas almas dos defuntos, em trinta altares, para o efeito instalados na igreja e no claustro, ao que se seguiram as laudas – *“Prêgou o Padre Doutor Diogo de Paiva de Andrade, grande Letrado que foy ao Concilio Tridentino por theologo del Rey D. Sebastião (...).”*⁽¹⁶⁾, tendo o sermão durado quase duas horas. Cantado o responso e benzidas as novas sepulturas procedeu-se então à passagem dos restos mortais dos dois reis e da rainha para os novos túmulos. Pereira Bayão relata minuciosamente todos os momentos: *“(...) pegou El Rey, e os mais na Tumba onde se encontravam os três cofres com os restos mortais (...) e a levãrão a o meyo da Capella môr, onde tendo a em pezo, pegou o Bispo do Funchal, com Fr. Heitor Pinto na caixa dos ossos del Rey D. Manoel, e se encaminhãrão a o Mansoleo da parte da Epístola; reparou nisso o Cardeal, e perguntou pela razão? Responderão lhe que assim ordenãra a Rainha, como Senhora da Capella, e Auitbora das Sepulturas. Disse o Cardeal, que não era justo que se tirasse o lugar mais digno a o Fundador da Caça. Deu se parte à Rainha, e ella tomou muito a mal estas duvidas por ser quem mandou fazer à sua custa aquella obra por amor del Rey seu marido; forão, e vierão recados, e em fim contra vontade da Rainha mandou o Cardeal pôr os cofres dos Reys, seu pay, e mãy da parte do Evangelho, e da parte da Epístola o del Rey seu irmão ficando ella muito desgostada; pelo que não sendo dantes muito affeiçoados hum ao outro, o forão muito menos dali por diante. No da Rainha Dona Maria pegou o mesmo Bispo com o de Vizeu, e no del Rey D. João o de Vizeu, e o de Angra, subindo por escadas, que todas as sepulturas tinhão muito bem feitas, e alcatifadas.”*⁽¹⁷⁾.

A versão do autor do documento constante das *Miscelâneas Manuscritas* da Torre do Tombo é um pouco diferente pois revela uma intervenção do próprio rei D. Sebastião nas cerimónias – *“(...) Leuarão as ossadas ás sepulturas, El Rey, o senhor Dom Duarte, o Duque de Aveiro Dom Jorge, seu tio, Dom Antonio de Lancastre E os Bispos de Vizeu, E o Bispo esmoler [bispo do Funchal] as meterão nas sepulturas de pedra (...).”*⁽¹⁸⁾.

Findas as cerimónias inerentes à trasladação, todos regressaram a Lisboa no dia imediato, 15 de Outubro, à excepção da rainha D. Catarina que perma-

neceu em Belém por alguns dias, indo à igreja do mosteiro repetidas vezes⁽¹⁹⁾. Aliás, como nos revela o mesmo manuscrito das Miscelâneas da Torre do Tombo, a importância reconhecida pela rainha a estas trasladações era evidente e traduzira-se ainda nas ofertas, de alfaias, paramentos e relíquias, nessa ocasião efectuadas por D. Catarina ao mosteiro jerónimo de Belém, designadamente: “(...) *huma Cruz de prata dourada grande e rica, duas custodias mui ricas com duas cabeças das onze mil virgens, hum sacrario de cristal guarnecido de ouro, hum Pontifical de muito preço e outras peças (...)*.”⁽²⁰⁾.

1582: TRASLADAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS DOS REIS D. SEBASTIÃO E D. HENRIQUE; SEPULTAMENTO DE CINCO INFANTES FILHOS DE D. MANUEL E DE D. JOÃO III

O cardeal-rei D. Henrique falecera em Almeirim em Janeiro de 1580 e foi sepultado na capela-mor da igreja do paço dessa vila, não se respeitando exactamente as disposições contidas no seu testamento, redigido a 29 de Maio do ano anterior⁽²¹⁾.

Com efeito, cerca de dois anos após a sua morte, o cardeal-rei é trasladado para Santa Maria de Belém, mas entretanto o seu corpo permanecera na capela do paço de Almeirim e não numa Sé ou na igreja de um mosteiro, como desejara.

No túmulo que para si mandara fazer na igreja do colégio jesuíta do Espírito Santo de Évora em Janeiro de 1578 – antes de imaginar que ascenderia ao trono de Portugal – foi depositada porém parte do seu corpo. Com efeito, quando, a 14 de Dezembro de 1582, por ordem de Filipe II, se abriu a sepultura de Almeirim para se proceder à sua trasladação para Belém, o Pe. Leão Henriques (confessor do cardeal-rei), na presença de um dos testamenteiros e de outros três padres da Companhia, retirou parte do corpo do monarca, para que, cumprindo uma sua vontade todavia não expressa em testamento, não ficasse vazio o túmulo de Évora, como referem o Pe. Baltazar Teles, cronista da Companhia de Jesus, e outros autores⁽²²⁾.

Quanto a D. Sebastião – que morrera em Alcácer Quibir a 4 de Agosto de 1578 –, o seu corpo permaneceu inicialmente depositado na capela-mor da igreja do mosteiro da Trindade de Ceuta, também em desacordo com o texto do seu testamento, no qual se lê: “*Acontecendo que eu faleça nesta jornada de Africa sendo no mar em parte, que se possa tomar o porto de Lisboa, sem currução de meu corpo, mando que seja trazido a ella, e se deposite na Capella mór do Mosteiro de S. Vicente de Fóra dos Cónegos Regrantes da Congregação de Santa Cruz; e falecendo em paragem, que não possa ser trazido a esta Cidade, se depositará na principal Igreja, ou Mosteiro (...) do primeiro lugar de meus Reynos, que se poder tomar.*”

E falecendo em Africa sera o meu corpo depositado na capella mayor da Sé de Tangere. (...) e passado hum anno do dia de meu falecimento sejam meus ossos levados ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra que elejo por minha perpetua sepultura, e serão enterrados na capela mór em huma sepultura, que se fará defronte da em que está enterrado E/Rey D. Affonso Henriques (...).”⁽²³⁾.

Foi depois (em Novembro de 1582) o corpo de D. Sebastião, por ordem de Filipe II (I de Portugal), trazido de Ceuta para o Algarve, seguindo daí para Belém⁽²⁴⁾, sempre por ordem de Filipe I “*porque poderia auer erro, em o conhecer morto ao outro dia depois que o matarão; de mais que se podia sospitar que os que o reconhecerão por mandado do Xarife o confessassem morto porque o não buscassem vivo quando nenhum delles desse fee de o uer morrer.*”⁽²⁵⁾.

A paragem seguinte, do cortejo que para o efeito se constituiu, foi na cidade de Évora, em cuja Sé tiveram lugar cerimónias fúnebres na presença do arcebispo. Aí, segundo a minuciosa descrição de Fr. Manuel dos Santos, chegaram os restos mortais do monarca “*(...) em huma Tumba pequena, cerrada, e cuberta com forro de tela de ouro com sua cravação meuda dourada cuberta com hum pano grande da mesma tela, e com huma Cruz pelo meyo que tomava o panno todo doutra tela mais rica de alcachofras, e torçaes ao redor. Vinha esta Tumba pelo caminho metida em huma caixa de andas em duas mulas fermosas guarnecidas do mesmo jaez da Tumba, e ao redor delas doze tochas acezas (...) e huma Cruz dourada grande, e levantada diante das andas (...).*”⁽²⁶⁾.

Foi então colocado o caixão contendo o corpo de D. Sebastião sobre um alto faldistório na capela-mor da Sé de Évora, onde já se encontrava “*(...) outra Tumba pequena forrada toda de veludo roxo com cravação dourada, com os ossos, ou terra deles, dos Infantes, que estavam enterrados em Nossa Senhora do Espinheiro (...) que Sua Magestade mandou que se trouxessem à Sé, para depois da vinda do corpo delRey juntamente se meterem na sua Tumba, e assi irem todos para o lugar de suas sepulturas a Belem.*”⁽²⁷⁾, tratava-se dos restos mortais de D. Maria, D. Beatriz, D. Manuel e D. Dinis, filha de D. Manuel e de D. Maria a primeira e de D. João III e D. Catarina os restantes, todos falecidos na infância e que se encontravam até então sepultados no mosteiro jerónimo de Nossa Senhora do Espinheiro⁽²⁸⁾.

No percurso de Faro para Lisboa foi ainda recolhido o corpo do cardeal-rei D. Henrique em Almeirim onde permanecia, como se referiu⁽²⁹⁾.

Quanto ao corpo de D. Sebastião refere Pereira Bayão que, à chegada a Lisboa, o mesmo vinha “*(...) recolhido em hum cofre de madeira forrado de tela roxa, e pregaria dourada, cuberta com hum panno da mesma teta (...). Chegando a Belém, sabirão os Religiosos Jeronymos daquelle real Convento a receber aquellas Reaes cinzas, que forão postas em huma Eça, no Cruzeiro da Igreja, toda armada de luto (...).*”⁽³⁰⁾.

No mosteiro de Santa Maria de Belém celebraram-se então, em Dezembro de 1582, exéquias que tiveram a duração de três dias, revestidas de toda a soleidade e pompa que Filipe II de Espanha e I de Portugal pretendia associar à ocasião em que afirmava claramente, tanto a morte dos monarcas seus antecessores imediatos, como a legitimidade com que precisamente lhes sucedia no trono português⁽³¹⁾.

Na sepultura (não definitiva) então realizada para D. Sebastião ter-se-á inscrito o seguinte epitáfio *HOC JACET IN TUMULO (SI VERA EST FAMA) SEBASTUS QUEM DICENT LYBICIS OCCUBUISSE PLAGIS*⁽³²⁾.

1599: CERIMÓNIA ALUSIVA À CELEBRAÇÃO DAS EXÉQUIAS FÚNEBRES DE FILIPE II, I DE PORTUGAL

A fim de assinalar em Lisboa o falecimento de Filipe I, ocorrido a 17 de Setembro de 1598, os governadores do reino determinaram de imediato a realização de cerimónias que assinalassem as exéquias fúnebres do monarca. Embora inicialmente tivesse sido a Sé de Lisboa o local eleito para a realização de tais cerimónias⁽³³⁾, acabou a escolha por recair na igreja do mosteiro de Santa Maria de Belém “(...) por mais capaz da fabrica, & do concurso da gente, considerandose tambem ser alli a sepultura dos Reys, por quem el rey, que Deos tem, soccedeo na coroa d'estes Reynos.”⁽³⁴⁾.

Assim, devidamente justificada e legitimada a escolha de Santa Maria de Belém, pelo autor da *Relação das Exequias d'El Rey Dom Philippe nosso Senhor*, teve início, no mês de Outubro de 1598, a elaboração do túmulo, ou seja da estrutura efémera – *castrum doloris* – que representaria o monumento fúnebre do soberano e assim lhe prestaria homenagem durante as cerimónias, bem como das restantes decorações da igreja. Porém, a chegada da peste a Lisboa obrigou não só à suspensão dos trabalhos, como à deslocação dos próprios governadores exactamente para Belém, onde os ares seriam mais benéficos. Inicialmente mantiveram-se as estruturas cuja construção se iniciara, porque “*não era piquena parte, porque estauão acabados os assentos do coro capaz de 800 pessoas, & hum pedaço grande da essa.*”⁽³⁵⁾. Todavia, a necessidade de um eficaz funcionamento da igreja, até para se celebrarem os officios no sentido de esconjurar a peste da cidade, acabou por determinar que se desmontasse toda a obra já feita. Não se aplacando a peste, tentaram ainda os governadores efectuar as cerimónias em Alcochete, onde haviam fixado residência, fugindo da capital, tendo mesmo sido iniciada a realização da essa “com o ornamento, & curiosidade possiuel”⁽³⁶⁾ naquela vila, mandou porém Filipe II que se suspendesse tudo até que fosse possível celebrar as exéquias em Santa Maria de Belém.

Assim, finalmente, a 22 de Dezembro de 1599, tiveram lugar, na igreja do mosteiro jerónimo de Belém, as cerimónias de homenagem a Filipe I, falecido mais de um ano antes. O texto publicado por Pedro Craesbeck em 1600 fornece uma exaustiva descrição da intervenção realizada, responsável, designadamente, por um nivelamento do pavimento da capela-mor, cruzeiro e capelas laterais do transepto, de molde a receber a complexa e aparatosa estrutura, constituída por quatro arcos de ordem dórica rodeando a essa monumental, sendo todo o conjunto pintado de *“negro lustroso com perfis d’ouro”*⁽³⁷⁾. A obra, ao que parece, muito apreciada na época e de monumentais proporções, terá sido da autoria do arquitecto Nicolau de Frias (c.1550-1610), *“arquitecto d’el Rey nosso Senhor que a ordenou, e executou com geral aprovação de todos os que a virão, ainda que tivessem visto muitas.”*⁽³⁸⁾.

III. A CONSTRUÇÃO DO MODELO: AS ORIGENS EFÉMERAS

Os monumentos fúnebres régios que se observam na capela-mor da igreja de Santa Maria de Belém apresentam-se constituídos por duas componentes: os suportes (figurações de elefantes) e as essas, ou seja, o corpo do monumento, propriamente dito, de forma piramidal, resultante da sobreposição de vários elementos.

Esta solução conheceu um extraordinário sucesso no âmbito da arte fune-rária portuguesa dos séculos XVII e XVIII, vindo a assumir-se como o modelo dominante da tumulária portuguesa do Maneirismo e do Barroco, identificando-se numerosas repetições, veiculando variantes mais ou menos próximas do original.

As essas

Desde um primeiro momento da observação dos monumentos fúnebres régios da capela-mor de Santa Maria de Belém, uma questão de imediato se coloca: o que está na origem da eleição desta morfologia? Até ao presente, os autores que se detiveram no estudo da tumulária régia de Belém, não se preocuparam em fornecer uma resposta para tal questão.

Após uma observação analítica e alguma pesquisa iconográfica, documental e bibliográfica, cremos que, para compreender tal opção, há que considerar dois universos:

- um mais longínquo, que remonta à arte da Antiguidade Clássica, para uma inspiração, que não deixando de ser cultural é sobretudo formal;

■ e outro, mais próximo, cronológica e culturalmente, o universo da arte efémera, concretamente das celebrações fúnebres coevas.

Morfologicamente a parte superior das sepulturas da capela-mor de Santa Maria de Belém, pela sobreposição de elementos, remete para a forma piramidal, desde tempos muito remotos associada tanto a monumentos fúnebres perenes – desde o antigo Egipto e Suméria à Índia hindu –, como a celebrações fúnebres, como é o caso da Roma Antiga.

É este último caso, o de Roma, o que mais nos interessa, naturalmente porque é aí que a arte e a cultura do Renascimento e Maneirismo colhem informação e referentes e porque, concretamente no que diz respeito às obras em análise, é aí que se pode reconhecer um objecto, associado às exéquias fúnebres imperiais, formalmente semelhante às essas que constituem a parte superior dos monumentos fúnebres régios de Belém. Trata-se da *rogus*, ou seja, a pira em que se procedia à *crematio*, a cremação de uma representação escultórica em cera do imperador. Consistia pois numa estrutura efémera, realizada aquando das exéquias públicas de um imperador e surge mesmo reproduzida em moedas romanas de várias datas⁽³⁹⁾.

O conhecimento destas estruturas romanas no Renascimento e Maneirismo era evidente e difundido através de gravuras, como aquela de G. Lauro, integrada na obra *Antiquae Urbis Splendor*, de 1609⁽⁴⁰⁾.

Deve porém notar-se que esta inspiração na *rogus* romana, seria de ordem meramente formal, pois o espírito contra-reformista dominante na segunda metade do século XVI (recorde-se que o Concílio de Trento, se concluiu há menos de dez anos, quando se realizam as sepulturas da capela-mor de Belém) não permitiria qualquer sinal de paganismo, o qual estaria certamente presente num eventual paralelismo entre as exéquias fúnebres de um imperador romano (i.e., pagão) e as sepulturas de monarcas católicos⁽⁴¹⁾.

Assim, interessa considerar mais atentamente o segundo universo acima enunciado, ou seja, o da arte efémera associada às celebrações de exéquias fúnebres da época e concretamente à realização do denominado catafalco ou essa – uma sucessão de caixas (gradualmente de menores dimensões) sobrepostas e coberta por tecidos ricos (brocados e/ou veludos) – sobre o qual se colocava o caixão. Obtinha-se assim uma estrutura piramidal certamente muito semelhante àquela que se observa na iluminura, figurando provavelmente as exéquias de D. Manuel, no fólio 129v. do denominado *Livro de Horas de D. Manuel*, obra datável de cerca 1517-1526 e atribuída a António de Holanda⁽⁴²⁾.

Quanto à forma destes catafalcos, a mesma fica bem expressa no discurso do cronista jerónimo Fr. Manuel Bautista de Castro, o qual, em diversas passagens da sua obra, reportando-se a cerimónias fúnebres de membros da família real portuguesa realizadas no mosteiro de Belém, se refere a essas e aos seus degraus, normalmente em número de três para os reis e de dois para os infantes⁽⁴³⁾. Curiosamente, o autor utiliza a mesma terminologia, tanto para as estruturas efémeras como para as sepulturas de mármore posteriormente realizadas.

Também o autor anónimo do relato das exéquias realizadas aquando da morte do príncipe D. João (filho de D. João III), que conhecemos em cópia setecentista, se detém na descrição das essas então realizadas, primeiro na igreja do convento de S. Francisco de Santarém e, depois, na de Santa Maria de Belém. No seu texto pode ler-se: “(...) *pegado com a Capela-mor [da igreja de S. Francisco] tinha esta villa [Santarém] mandado fazer huma Essa muy alta e Custozza (...) a qual Essa estava armada sobre buns arcos, e em sima dos arcos a Essa de veludo preto, e de redor muitas tochas (...).* e na Capela mor [da igreja de Santa Maria de Belém] estava *huma Essa muito grande e sumptuosa a qual tinha doze degraos e em sima a Tumba de veludo preto, e em sima as Armas do Principe com coroa de Rey, com huma Risca por meyo das Torres das Armas denunciando que ainda não chegara a ser Rey (...).*”⁽⁴⁴⁾ (negritos nossos).

A armação de catafalcos é prática frequente na Europa da época e na cidade de Roma em particular, na qual, enquanto capital da cristandade, se celebravam exéquias fúnebres de vários soberanos e outras personalidades relevantes, como revelam os textos escritos que descrevem as cerimónias⁽⁴⁵⁾, bem como as diversas gravuras realizadas. Veja-se a título de exemplo, cronologicamente muito próximo da realização das sepulturas régias de Belém, o catafalco armado em 1572 para as exéquias de Sigismundo Augusto da Polónia, na igreja romana de S. Lorenzo in Damaso, numa gravura de G. B. de' Cavalieri⁽⁴⁶⁾, ou ainda aquele armado, precisamente na igreja de Santa Maria de Belém, em 1599, por ocasião das exéquias de Filipe I de Portugal, a que já tivemos ocasião de aludir atrás. Nestes casos, em que o caixão contendo os restos mortais do defunto não está de facto presente, a essa ou catafalco surge encimado pela presença de um elemento simbólico, como é a coroa, no caso dos soberanos, a qual é apresentada sobre uma almofada⁽⁴⁷⁾, exactamente como se observa no remate superior das sepulturas régias de Belém.

As sepulturas de mármore que hoje se observam na capela-mor de Santa Maria de Belém podem entender-se como uma passagem à pedra (à perenidade) dessas

estruturas piramidais (ou “turriiformes”, como as designam os autores espanhóis) dos catafalcos ou essas, fluir das armações efémeras das celebrações fúnebres cristãs da época. As sepulturas em forma de catafalco ou essa lembram a presença do morto, como acontecia com a armação do próprio catafalco (naturalmente já sem caixão), aquando da celebração das missas de sétimo dia e aniversários, o qual se constitui assim como uma representação da morte cristã.

Que as arcas ou caixas que constituem estas essas pétras sejam em número de três – existindo entre a segunda e a terceira um elemento de ligação em escócia, e encontrando-se esta última coberta por panejamentos, como acontecia com o próprio caixão – é, naturalmente, simbólico, como representação da Santíssima Trindade. Esta reprodução do efémero em mármore, para a eternidade, constitui-se assim como uma abstracta celebração da morte, a pensar na Ressurreição final.

Perfeitamente inserida na mentalidade pós-tridentina, a tumulária régia da capela-mor de Santa Maria de Belém, revela igualmente a compreensão de que “O ‘Maneirismo’ é uma reacção contra o equilíbrio paganizante da Renascença. Esta era a prevalência da forma sobre o sujeito. O ‘Maneirismo’ será um revalidar do conteúdo contra a forma.”⁽⁴⁸⁾.

Os suportes

Uma questão do maior interesse e em torno da qual importa reflectir é aquela que se prende com as motivações conducentes à escolha da representação de elefantes como elemento de suporte dos monumentos fúnebres régios da capela-mor de Santa Maria de Belém. Esta escolha não pode ser entendida meramente no âmbito da eleição frequente de suportes de carácter zoomórfico que se constata no panorama da tumulária desde a Idade Média, no contexto da arte ocidental (onde domina a opção pela figuração de leões, símbolo não só de bravura mas também de ressurreição), pois o elefante trata-se de um animal exótico, estranho a esse ambiente geográfico e cultural, pelo que não faz parte das tradicionais representações animalistas europeias.

Os vários autores que, ao longo do tempo, se ocuparam do mosteiro de Santa Maria de Belém e referiram a sua tumulária, têm entendido a presença destes elefantes como uma alusão à epopeia marítima dos portugueses, e em particular da descoberta do caminho marítimo para a Índia, por se tratar de elefantes indianos e o elefante ser um animal frequentemente representado em várias formas de arte oriental (nomeadamente na arte hindu mas não só)⁽⁴⁹⁾. Porém, a sua figuração na arte europeia tardo medieval e sobretudo moderna é também muito significativa⁽⁵⁰⁾.

Atrás referiu-se explicitamente serem de elefantes indianos as representações escultóricas que se observam na capela-mor de Belém, pelo que será conveniente clarificar o que distingue os dois tipos de elefante existentes: o asiático (também denominado indiano) e o africano. De um modo forçosamente muito simplista e sintético, é de assinalar que, relativamente ao elefante africano, aquele asiático é de menor dimensão, possui orelhas pequenas e de morfologia sensivelmente triangular, as suas presas são mais leves, menos longas e afiladas, e extremidade da tromba apresenta um lóbulo, enquanto que a do africano ostenta dois⁽⁵¹⁾.

Quanto à presença de elefantes nas sepulturas régias de Belém cremos que a mesma fica a dever-se não tanto à relação destes animais com os Descobrimientos e a expansão portuguesa como à influência da Antiguidade Clássica, que na época se verificava. Com efeito, os elefantes são uma presença constante e da maior importância em cerimónias essenciais da vida de Roma, como sejam os triunfos ou as monumentais exéquias fúnebres dos imperadores.

Os triunfos – celebrações efectuadas aquando das entradas de aparato de um herói vitorioso em Roma – contavam frequentemente com a presença de elefantes, como revelam não só descrições mas também iconografia coeva⁽⁵²⁾. Podem ainda reconhecer-se múltiplos ecos destas cerimónias na arte do Renascimento e do Maneirismo, sendo um dos mais notáveis o conjunto de nove telas da autoria de Andrea Mantegna (1430/31-1506), executado entre c. 1486 e 1505/6, tendo por tema precisamente *Os Triunfos de César*, que faz parte das colecções da rainha Isabel II de Inglaterra (desde a sua aquisição, em 1629, por Carlos I) e se guarda em Hampton Court⁽⁵³⁾. No primeiro plano da quinta tela do conjunto de Mantegna observam-se três elefantes (neste caso concreto africanos), perfeitamente ajazados, com lambrequins, exactamente como os que suportam as sepulturas régias da capela-mor de Santa Maria de Belém. O mesmo se verifica na gravura que ilustra o triunfo – neste caso de Vénus –, na cronologicamente muito próxima da obra de Francesco Colonna *Hypnerotomachia Poliphili* (Veneza, 1499), onde o carro da deusa é puxado por elefantes ajazados com lambrequins decorados⁽⁵⁴⁾.

A associação de elefantes a feitos (bélicos) e triunfos de heróis – clássicos e não só – pode ainda constatar-se em outras obras coevas ou cronologicamente próximas das sepulturas régias de Belém, como por exemplo, na série de tapeçarias denominada História de Cipião Africano (realizadas para Francisco I de França e actualmente integrantes das colecções do Palácio Real de Madrid), concretamente

no pano figurando a batalha de Zama, na qual se reconhece um elefante com torre de combate⁽⁵⁵⁾. Idêntica situação é reconhecível na tapeçaria número cinco – e última do cortejo triunfal – da série dita de D. João de Castro (pertencente ao Kunsthistorisches Museum, Viena), onde se observam dois grandes elefantes com torres de combate e usados como força de tracção de duas catapultas⁽⁵⁶⁾.

Igualmente da maior relevância é a presença – ao ponto de ser quase imprescindível – dos elefantes nos cortejos fúnebres imperiais romanos. Tal prova-se através, não só dos textos de relatos coevos, mas também de testemunhos materiais, como sejam, moedas⁽⁵⁷⁾ e obras de arte, destacando-se entre estas últimas o díptico consular de António Pio, também denominado dos Symmachi (British Museum, Londres), datável do século IV, no qual se representa a *consecratio* (apoteose) e a *pompa circensis*, momentos das exéquias fúnebres imperiais, e onde figura uma quadriga de elefantes, transportando uma estátua do imperador⁽⁵⁸⁾.

Toda esta presença de elefantes em acontecimentos tão significativos na vida de Roma, como aqueles referenciados, encontra-se intimamente relacionada com o simbolismo associado a estes animais, o qual é da maior riqueza, tanto no Oriente (onde a sua figuração é ainda mais frequente), como no Ocidente.

De um modo geral, o elefante significa poder – “L’éléphant est la monture des rois (...). Il symbolise donc la puissance royale (...). L’éléphant est encore symbole, non de lourdeur mais de stabilité, d’immuabilité, (...) de la connaissance.”⁽⁵⁹⁾.

No Ocidente o elefante simboliza, para além da soberania, também a temperança, a piedade e a eternidade⁽⁶⁰⁾. É deste último valor que Javier Arce investe o simbolismo do elefante no caso concreto da sua constante presença nas exéquias fúnebres dos imperadores romanos⁽⁶¹⁾.

Regressando às sepulturas régias de Belém, cremos que a presença de elefantes nesse contexto, resulta essencialmente de dois factores: a supramencionada influência clássica, certamente presente na formação e conseqüente actividade do(s) artista(s) responsável(eis) pela concepção e realização dos monumentos fúnebres régios e o conhecimento que então existia dos elefantes em Portugal.

Quanto a este último aspecto, o conhecimento advindo do contacto que os portugueses de Quinhentos tinham com os elefantes, diversas são as notícias coevas que o atestam, passando por crónicas e textos manuscritos avulsos. A análise desses testemunhos permite-nos afirmar tratar-se os elefantes, para os portugueses e sobretudo para os habitantes da Lisboa do século XVI,

de animais exóticos mas com os quais mantinham um contacto quase quotidiano. Com efeito, durante o século XVI, pelo menos treze elefantes foram trazidos para o continente europeu pelos portugueses⁽⁶²⁾.

São, como assinalámos, diversos os relatos e descrições coevas relativos a episódios envolvendo elefantes, bem como textos em que estes animais são abordados em múltiplas perspectivas. Por exemplo, Garcia da Orta dedica ao elefante o Diálogo 21 dos seus *Colóquios dos Simples e das Drogas da Índia* (Goa, 1563), o qual se constituirá como ponto de partida para o texto intitulado *Tratado do Elefante e das suas Qualidades*, que Cristovão da Costa incluiu no seu *Tratado das Drogas e Medicinas das Índias Orientais* (Burgos, 1578).

Assim, também na *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis, um capítulo é integralmente consagrado à famosa embaixada de 1514, liderada por Tristão da Cunha, enviada pelo monarca português ao papa Leão X (1513-1521), na qual um elefante era figura preponderante⁽⁶³⁾. Uma interessantíssima carta de Nicolau de Faria para o rei D. Manuel, datada de 18 de Março de 1514, constante do *Corpo Cronológico* e publicada, em 1862, por Luís Augusto Rebelo da Silva, no primeiro volume do *Corpo Diplomático Português*⁽⁶⁴⁾, constitui-se como narrativa privilegiada dos acontecimentos desses dias.

Após morte do elefante com que o rei de Portugal presenteara o papa foi realizada, nos muros do Vaticano, uma sua memória fúnebre com epitáfio e uma composição pictórica de Rafael (1483-1520) que Francisco de Holanda (1517/18-1584) reproduz no fólio 31 v. do seu *Álbum dos Desenhos das Antigualbas*⁽⁶⁵⁾. Ainda eco da passagem deste animal por Roma é, sem dúvida, a fonte da romana *villa* Medicis (hoje *villa* Madama), em Montemario – que Francisco de Holanda inclui no mesmo *Álbum das Antigualbas* (a fólio 32 v.).

Os relatos de factos sucedidos com elefantes e reveladores das peculiares características que lhes eram atribuídas, prosseguem na crónica de D. João III, da autoria de Francisco de Andrade, em cujo texto se conferem mesmos sentimentos, de perda e de pena, a estes animais⁽⁶⁶⁾. No ano de 1551, este mesmo monarca enviou um elefante como presente ao arquiduque Maximiliano da Áustria (posteriormente rei da Boémia)⁽⁶⁷⁾, o qual permanecera longos anos em Espanha mas que, devendo partir para Viena, integra no seu cortejo o elefante, entrando oficialmente na capital austríaca dos Habsburgos no dia 7 de Maio de 1552⁽⁶⁸⁾.

Em 1561 era o papa Pio IV (1559-1565) que solicitava ao D. Sebastião um par de elefantes, como se constata pela correspondência trocada entre o embaixador

de Portugal em Roma, Lourenço Pires de Távora, e o soberano. Com efeito, a 28 de Outubro de 1561 escrevia desde Roma o embaixador: “*Tenho entendido de Sua Santidade e elle mo tem ditto deseja muito ter hum alifante e movido por exemplo de papa Lião lhe parece possivel mandarlho Vossa Alteza, e se fosse macho e femea seria pera elle grande contentamento (...).*”⁽⁶⁹⁾. Na carta de resposta – provavelmente datável de 20 de Dezembro de 1561 – D. Sebastião comunica a intenção “*(...) de lhe mandar por mar (...) o alifante que aqui tenho (...).*”⁽⁷⁰⁾, até porque já pedira que lhe enviassem da Índia mais um par deles.

As ofertas destes animais exóticos mantêm-se e, dois anos mais tarde, D. Sebastião como que repete a oferta de seu avô, enviando um segundo elefante ao então já rei Maximiliano da Boémia⁽⁷¹⁾.

As várias figurações destes paquidermes em Portugal surgem nos mais diversos domínios, que vão desde o desenho – por exemplo na folha de guarda do *Livro 8º de Odiana*, da Leitura Nova (Arquivo Nacional da Torre do Tombo)⁽⁷²⁾ ou ainda aqueles que Francisco de Holanda inclui nas suas propostas para fontes a realizar em Lisboa na sua obra *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*⁽⁷³⁾ – à iluminura – no denominado *Livro de Horas de D. Manuel* (Museu Nacional de Arte Antiga), a que já se aludiu⁽⁷⁴⁾ – e à pintura parietal – como na ábside da ermida de S. Pedro da Ribeira, em Montemor-o-Novo⁽⁷⁵⁾ ou, no bem mais próximo (física e cronologicamente), retábulo-mor de Santa Maria de Belém, em cujo painel da *Adoração dos Magos*, Lourenço de Salzedo integrou elefantes⁽⁷⁶⁾.

Também na cartografia, por um maior número de razões, se podem encontrar representações de elefantes (povoando as regiões de que eram originários), como se observa, exemplo entre vários possíveis, no mapa de Fernão Vaz Dourado (datado de 1568), que se guarda hoje na Biblioteca dos Duques de Alba, em Madrid⁽⁷⁷⁾.

A figuração de elefantes como elemento de suporte de tumulária no contexto da arte ocidental é bem mas rara e apenas um caso é na generalidade referenciado, por vezes mesmo como antecedente para as sepulturas régias de Santa Maria de Belém: os por demais conhecidos monumentos fúnebres da família Malatesta, no seu panteão familiar, a igreja de S. Francisco em Rimini, mais frequentemente denominada Templo Malatestiano, quase certamente concebidos pelo arquitecto e tratadista Leon Battista Alberti (1404-1472) e executados pelo escultor Agostino di Duccio (1418-1481), entre 1451 e 1457⁽⁷⁸⁾.

Devido à presença de representações escultóricas de elefantes, vários autores se preocuparam em assinalar a semelhança dos túmulos de Belém com aqueles

de Rimini⁽⁷⁹⁾. Porém, como com facilidade se constata, observando os dois conjuntos, a semelhança resume-se à presença dos elefantes. Ora, nem a postura dos elefantes é idêntica – note-se que os monumentos fúnebres do Malatesta estão aplicados na superfície murária a determinada altura e não sobre o pavimento, encontrando-se as figuras de elefantes assentes em mísulas –, nem as motivações subjacentes à sua representação, pois de facto, a presença dos elefantes dos monumentos fúnebres malatestianos está muito concretamente justificada, uma vez que possui um carácter heráldico. Com efeito, as armas dos Malatesta incluem um elefante – em alusão ao mítico antepassado Cipião Africano, vencedor de Aníbal e dos seus elefantes, que se faz acompanhar do lema *Elephas indus culices non temet*⁽⁸⁰⁾ –, pelo que o animal surge reproduzido não só na tumulária familiar mas igualmente em outros edifícios e objectos associados aos Malatesta, de que são exemplo o portal da biblioteca Malatestiana de Cesena (realizado por Agostino di Duccio entre 1452-54)⁽⁸¹⁾ e a medalha (de 1446) da autoria de Matteo de' Pasti⁽⁸²⁾.

IV. BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cremos que o breve percurso que efectuámos pelas celebrações realizadas por ocasião do falecimento e/ou sepultamento de membros da família real na igreja de Santa Maria de Belém, nos permitiu aproximar do tipo de evento e do teor das medidas tomadas para assinalar de modo relevante tais acontecimentos.

Com efeito, e embora tal possa afigurar-se estranho aos nossos olhos de hoje, a celebração da morte assume – já no Maneirismo e depois de forma mais evidente no Barroco –, também ela, vestes festivas, quer nas manifestações de carácter efémero a ela associadas – os aparatos fúnebres –, quer na realização de monumentos (sepulturas ou cenotáfios), que visam, pelo contrário, a eternidade, através da perpetuação da memória de um indivíduo nos vindouros.

Com esta apresentação procurámos partir do efémero – a celebração da morte e a realização dos inerentes aparatos fúnebres – para o perene, traduzido nos monumentos fúnebres, pois estes, no caso concreto das sepulturas régias de Santa Maria de Belém, assumem-se precisamente como um espelho do efémero.

NOTAS

- ⁽¹⁾ O presente texto deriva ainda de um projecto de investigação intitulado *Tumulária Portuguesa do Maneirismo e do Barroco. Surgimento, definição e difusão de tipologias morfológicas e programas iconográficos* e para cuja concretização dispusemos de uma bolsa de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, durante um período de três anos.
- ⁽²⁾ Cf. Para uma abordagem mais completa deste assunto Teresa Leonor M. VALE, *Tumulária Portuguesa do Maneirismo e do Barroco. Surgimento, definição e difusão de tipologias morfológicas e programas iconográficos*, Cap. 4.1. Santa Maria de Belém: evolução da ideia de um panteão real (texto policopiado).
- ⁽³⁾ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, Parte IV, Cap. 83, p. 196 (1.ª ed. 1566); o mesmo afirmam: Francisco de ANDRADE, *Cronica del Rey Dom João o III*, Porto, Lello & Irmão, 1976, pp. 13-15 (1.ª ed. 1605-1613), Fr. Joze de SIGUENZA, *Historia de la Orden de San Geronimo*, 2.ª ed., Tomo II, Bailly, Baillièere & Hijos, 1907-1909, p. 71 (1.ª ed. 1605), Fr. Jacinto de SÃO MIGUEL, *Mosteiro de Belém*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1901, p. 53 (ms. De c. 1721), César da SILVA, *Mosteiro dos Jerónimos*, 3.ª ed., Ed. Henrique Torres, Lisboa, 1925, p. 46 (1.ª ed. 1897), Esteves PEREIRA, Guilherme RODRIGUES, *Portugal. Dicionário*, Vol. II, Lisboa, João Romano Torres Editor, 1906, p. 257, Mário Sampayo RIBEIRO, *Do Sítio do Restelo e das suas Igrejas de Santa Maria de Belém*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1949, p. 363 e J. T. Montalvão MACHADO, *O Rei D. Sebastião na Igreja dos Jerónimos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1971, p. 14.
- ⁽⁴⁾ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, *Gavetas*, Gaveta XVI, Maço 2, Doc. 2, fl. 1, publ. por Manuel Cardoso Mendes ATANÁZIO, *A Arte do Manuelino*, Lisboa, Editorial Presença, 1984, pp. 150-174.
- ⁽⁵⁾ Cf. Francisco de ANDRADE, *op. cit.*, pp. 1.191-1.193.
- ⁽⁶⁾ Biblioteca Nacional de Portugal, Secção de Reservados, Fundo Geral, Cod. 10.851, fls. 94-98v., publ. por Teresa Leonor M. VALE, *Tumulária Portuguesa do Maneirismo e do Barroco. Surgimento, definição e difusão de tipologias morfológicas e programas iconográficos*, Documento 2 (texto policopiado) – este manuscrito passará a ser referenciado como DOCUMENTO 2 nas notas seguintes; deve igualmente considerar-se, embora bem mais sucinta, a referência feita por Fr. Manuel Bautista de CASTRO, *op. cit.*, fl. 574v.
- ⁽⁷⁾ DOCUMENTO 2, fl. 97v.
- ⁽⁸⁾ DOCUMENTO 2, fl. 98.
- ⁽⁹⁾ DOCUMENTO 2, fl. 98.
- ⁽¹⁰⁾ Acerca das descrições (mais ou menos coevas) deste tipo de acontecimentos e cerimónias inerentes e, embora centrando-nos sempre no caso português, não devemos deixar de atentar naquelas que paralelamente se realizavam em outras cortes, sobretudo naquelas mais próximas (geográfica e culturalmente), como a espanhola – a esse respeito veja-se a propósito da trasladação dos restos mortais de Carlos V para a basílica de S. Lourenço do Escorial (efectuada apenas dois anos mais tarde, em 1574), José António RAMOS RUBIO, *Monasterios de Extremadura*, León, Ed. Lancia, 2001, p. 22 e Rosemary MULCAHY, *“A la Mayor Gloria de Dios y el Rey”: La Decoración de la Real Basílica del Monasterio de El Escorial*, Madrid, Editorial Património Nacional, 1992, pp. 191 e ss.
- ⁽¹¹⁾ Cf. Pe. Jozé Pereira BAYÃO, *Portugal Cuidadoso e Lastimado com a Vida e Perda do Senhor Rey Dom Sebastião*, Lisboa, Officina de António Sousa da Sylva, 1737, pp. 279-282.
- ⁽¹²⁾ Cf. ARQUIVO NACIONAL DE SIMANCAS, *Legajo Estado 390*, fl. 133, publ. por Artur Marques de CARVALHO, *Do Mosteiro dos Jerónimos de Belém, Termo de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990, pp. 181-184.

- (13) Cuja informação agradecemos ao Dr. Paulo Dias – A.N.T.T., *Miscelâneas Manuscritas*, Livro 167, fl. 300, Memória da trasladação dos restos mortais de D. Manuel I, da rainha D. Maria e de D. João III para os monumentos fúnebres da capela-mor da igreja do mosteiro de Santa Maria de Belém, 14 Outubro 1572 (cópia setecentista).
- (14) Cf. Pe. Jozé Pereira BAYÃO, *op. cit.*, p. 280.
- (15) *Idem.*
- (16) Pe. Jozé Pereira BAYÃO, *op. cit.*, p. 281.
- (17) Pe. Jozé Pereira BAYÃO, *op. cit.*, p. 282.
- (18) A.N.T.T., *Miscelâneas Manuscritas*, Livro 167, fl. 300.
- (19) Acerca destas trasladações podem ainda consultar-se: Fr. Manuel Bautista de CASTRO, *op. cit.*, Livro 7, Cap. 7.º (o qual faz todavia consideráveis confusões entre estas cerimónias e aquelas de 1551) e Pe. Francisco de SANTA MARIA, *Anno Histórico*, Tomo III, Lisboa, Officina de Domingos Gonçalves, 1744, p. 163.
- (20) A.N.T.T., *Miscelâneas Manuscritas*, Livro 167, fl. 300; cf. também Fr. Manuel Bautista de CASTRO, *op. cit.*, fls. 537v.-538.
- (21) A.T.T.T., *Gavetas*, Gaveta XVI, Maço 1, Doc. 16, publ. por A. Silva REGO, (dir. de), *op. cit.*, Vol. VI, pp. 81-88.
- (22) Pe. Jozé Pereira BAYÃO, *op. cit.*, pp. 502-503.
- (23) Cf. Pe. Baltazar TELES, *Chronica da Companhia de Jesu na Provincia de Portugal e do que Fizeram nas Conquistas d'este Reyno, os Religiosos, que na mesma Provincia entraram, nos annos em que Viveo S. Ignacio de Loyola*, Tomo II, Lisboa, Officina de Paulo Craesbeeck, 1647, pp. 408-408 (Parte II, Livro V, Cap. XXXIV); cf. também Biblioteca Pública de Évora, Cod. CIV/1-40: Pe. António FRANCO, *Evora Illustrada, ou Resumo dos Quatro Volumes que com o Titulo de Evora Illustrada Compôs o Pe. Manoel Fialho da Companhia de Jesu, Natural da Mesma Cidade, Recopilado pelo Pe. António Franco da Companhia de Jesu*, Livro II, Cap. 24, fls. 126-127 – também consultável na edição de Armando de Gusmão: Pe. Manuel FIALHO, Pe. António FRANCO, *Évora Illustrada* (ed. de Armando de Gusmão), Évora, Ed. Nazareth, 1945 e José Maria Queiroz VELLOSO, *O Reinado do Cardeal D. Henrique*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1946, pp. 405-407.
- (24) Acerca do percurso efectuado cf. a descrição detalhada na obra de Fr. Manuel dos SANTOS, *História Sebastica, Contem a Vida do Augusto Principe o Senbor D. Sebastião Rey de Portugal e os Successos Memoraveis do Reyno, e Conquistas no seu Tempo*, Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1735, Cap. XLI, pp. 480 e ss.; o percurso efectuado entre Faro e Lisboa, surge igualmente relatado num manuscrito integrante do códice n.º 126, fls. 86v.-89v., da Coleção Alcobacense da Secção de Reservados da Biblioteca Nacional, cujo autor refere terem as informações dela constantes origem em Henrique Correia da Silva, “*homem que conservou a verdade de Portugal o Velho*” (fl. 89).
- (25) B.N.P., Secção de Reservados, *Coleção Alcobacense*, n.º 126, fl. 87-87v.
- (26) Fr. Manuel dos SANTOS, *op. cit.*, p. 482.
- (27) *Idem.*, p. 485.
- (28) B.N.P., Secção de Reservados, Fundo Geral, Cod. 978, fls. 229-236: Tristão Guedes de QUEIROZ, *Memorial das Sepulturas que estão no Convento de Nossa Senhora do Espinbeyro da Ordem de São Hieronymo*, fl. 229v., em particular.
- (29) Cf. nomeadamente Fr. Manuel Bautista de CASTRO, *op. cit.*, fls. 555v.-557v., Fr. Francisco de SANTA MARIA, *op. cit.*, Tomo II, p. 469, Fr. Cláudio da CONCEIÇÃO, *Gabinete Histórico*, Vol. II, Lisboa, Imprensa Régia, 1818, p. 408, Miguel de MOURA, *Chronica do Cardeal-Rei D. Henrique e Vida de Miguel de Moura Escripta por Elle Mesmo*, Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1840, p. 103, Luís Augusto Rebello da SILVA, *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, Vol. II, Lisboa, Imprensa

Nacional, 1867, p. 98; contraditoriamente J. T. Montalvão MACHADO, *op. cit.*, p. 17, afirma que o cardeal-rei foi sepultado no topo norte do transepto logo em 1580, o que não corresponde de todo à verdade.

⁽³⁰⁾ Pc. Jozé Pereira BAYÃO, *op. cit.*, pp. 721-722.

⁽³¹⁾ Cf. Fr. Cláudio da CONCEIÇÃO, *op. cit.*, Vol. II, pp. 361-363; traduzindo bem as preocupações e intenções de Filipe I, no sentido de evidenciar com clareza que, tanto D. Sebastião (sobretudo este) como D. Henrique estavam mortos e ele era o novo rei de Portugal, reconhecem-se os seguintes documentos: A.N.T.T., *Chancelaria de Filipe I*, Livro 14, fls. 101-104v: instituição de uma capela no mosteiro de Santa Maria de Belém, com missa quotidiana por alma de D. Sebastião; A.N.T.T., *Chancelaria de Filipe I*, Livro 18, fls. 113-117v: carta de confirmação de missas quotidianas a rezar no mosteiro de Santa Maria de Belém, pelas almas dos reis seus antecessores, de acordo com as disposições contidas no testamento de D. Henrique.

⁽³²⁾ Cf. Fr. Manuel dos SANTOS, *op. cit.*, p. 487; acerca desta questão cf. José Maria Queiroz VELLOSO, *D. Sebastião 1554-1578*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935, p. 416, e sobretudo J. T. Montalvão MACHADO, *op. cit.*, pp. 89 e ss.

⁽³³⁾ Cf. *Relação das Exéquias d'El Rey Dom Filippe Nasso Senbor, Primeiro d'este Nome dos Reys de Portugal*, Lisboa, Officina de Pedro Craesbeeck, 1600, fl. 2; cf. Também José Manuel TEDIM, "Nicolau de Frias e as Exéquias Fúnebres de Filipe II no Mosteiro dos Jerónimos", in AAVV, *Actas del VII Simposio Hispano-Portugués de Historia del Arte*, Badajoz, Gabinete de Iniciativas Transfronteirizas, 1995, Paulo Varela GOMES, *Arquitectura, Religião e Política em Portugal no Século XVII. A Planta Centralizada*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001, pp. 161-162, e Miguel SOROMENHO, "Ingegnosi Ornamenti. Arquitecturas Efémeras em Lisboa no Tempo dos Primeiros Filipes", in João Castel-Branco PEREIRA (coord. de), *Arte Efémera em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 33-36.

⁽³⁴⁾ *Idem*, fl. 2.

⁽³⁵⁾ *Ibidem*.

⁽³⁶⁾ *Idem*, fl. 2v.

⁽³⁷⁾ *Idem*, fl. 3v.

⁽³⁸⁾ *Idem*, fl. 7.

⁽³⁹⁾ Cf. Javier ARCE, *Funus Imperatorum. Los Funerales de los Imperadores Romanos*, Madrid, Alianza Editorial, 1988, pp. 140-151.

⁽⁴⁰⁾ Publ. por Maurizio Fagiolo dell'ARCO (dir. de), *La Festa Barocca*, (col. Corpus delle Feste a Roma, 1), Roma, Edizioni De Luca, 1997, p. 66.

⁽⁴¹⁾ Cf. a este respeito M. C. Mendes ATANÁZIO, *Arte Moderna e Arte da Igreja*, Coimbra, Ministério das Obras Públicas, 1959, pp. 35-36, e também Natália Marinho FERREIRA-ALVES, *Iconografia e Simbólica Cristãs. Pedagogia da Mensagem* (separata de *Theologica*, 2.ª Série, Vol. 30, Fasc. 1), Braga, 1995, e também Teresa Leonor M. VALE "Ars Moriendi: do efémero e do perene na celebração a morte no barroco. Do aparato das exéquias fúnebres à encenação da tumulária", in *Estudios Portugueses*, n.º 3, Universidade de Salamanca, 2003, pp. 229-241.

⁽⁴²⁾ Cf. Dagoberto MARKL (introd. de), *Livro de Horas de D. Manuel*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, e João Castel-Branco PEREIRA (coord. de), *Arte Efémera em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 252; cf. também Vasco Graça MOURA, *Damião de Góis e o Livro de Horas Dito de D. Manuel*, Lisboa, 1999, propondo o autor tratar-se esta iluminura de uma representação da cerimónia da trasladação dos restos mortais de D. João II para o mosteiro de Santa Maria da Vitória na Batalha, realizada em Outubro de 1499.

⁽⁴³⁾ Cf. A.N.T.T., *Manuscritos da Livraria*, n.º 729 – Fr. Manuel Bautista de CASTRO, *Chronica do Maximo Doutor e Príncipe dos Patriarcas S. Jeronymo, Particular do Reino de Portugal*, fls. 556 v., 557 v., 563 v. e 564.

AS CELEBRAÇÕES DA MORTE NO PANTEÃO RÉGIO DE SANTA MARIA DE BELÉM
E O MODELO DOMINANTE NA TUMULÁRIA MANEIRISTA PORTUGUESA

(44) DOCUMENTO 2, fls. 96 e 97v.

(45) Cf. os textos referenciados e citados por J. J. RIVERA BLANCO, “Exequias y Tumulos Funerarios Realizados Oficialmente por la Casa Real Española en Honor de Miembros de la Casa Real Portuguesa en Valladolid, en el Siglo XVI”, in *Mundo da Arte*, n.º 15, Setembro 1983, pp. 21-30.

(46) Gabinetto Disegni e Stampe degli Uffizi, Florença, publ. por Maurizio Fagiolo dell’ARCO (dir. de), *op. cit.*, p. 66.

(47) Veja-se precisamente a já mencionada gravura figurando o aparato fúnebre em honra de Sigismundo Augusto da Polónia ou aquela alusiva ao catafalco realizado em honra da duquesa de Ossuna em 1671 – Metropolitan Museum, Nova Iorque, publ. Por Maurizio Fagiolo dell’ARCO, (dir. de), *op. cit.*, p. 67.

(48) M. C. Mendes ATANÁZIO, *Arte Moderna e Arte da Igreja*, (...), p. 36.

(49) Acerca destas representações e da presença do elefante na arte oriental podem consultar-se várias obras de carácter geral: Germain BAZIN, *História da Arte*, 2.ª ed., Lisboa, Bertrand, 1976, pp. 349-365, H. W. JANSON, *História da Arte*, 3.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 722 e ss., José PIJOAN (dir. de), *História da Arte*, Vol. 4, Lisboa, Publicações Alfa, 1988, pp. 220-232, Jean RIVIÈRE, *A Arte Oriental*, Rio de Janeiro, Salvat, 1979, pp. 52-57.

(50) Cf. G. C. DRUCE, “The Elephant in Medieval Legend and Art”, in *Archeological Journal*, LXXVI, 1919, David LACH, “Asian Elephants in Renaissance Europe”, in *Journal of Asian History*, I, 1967, pp. 133-176, Donald LACH, *Asia in the Making of Europe*, Vol. II, Tomo 1, Londres-Chicago, The Chicago University Press, 1970, pp. 124-158 e Pascal VAREJKA, “L’Éléphant Images et Symbolisme”, in *L’Objet d’Art*, n.º 337, Junho 1999, pp. 77-82.

(51) Como o descreve Alessandro CHIGI: “L’elefante indiano o asiatico (...) ha fronte leggermente biloba a cagione di un solco mediano, ha orecchie relativamente piccole e molari con spazi trasversali a forma di strette fasce, a bordi paralleli e finemente piegate, le sue difese sono poco sviluppate.”, “Elefante”, in Giovanni GENTILE, Calogero TUMMINELLI (dir. de), *Enciclopédia Italiana*, Vol. XIII, Milão, Istituto G. Treccani, 1932-1952, p. 624, cf. também Elefante, in AAVV, *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, Vol. XIX, Bilbao, Espasa-Calpe, 1928, pp. 700-704.

(52) Cf. nomeadamente Gioacchino MANCINI, “Trionfo”, in Giovanni GENTILE, Calogero TUMMINELLI, (dir. de), *Enciclopedia Italiana*, Vol. XXXIV, (...), pp. 356-357, “Triunfo”, in AAVV, *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, Vol. LXIV, pp. 839-861, Rafael GARCIA MAHIQUES, “El Elefante o la Humanidad Obediente”, in AAVV, *Ephialte. Lecturas de Historia del Arte*, n.º 1, Vitoria, Instituto de Estudios Iconográficos Vitoria-Gasteiz, 1989, pp. 281-294 e especialmente pp. 284-285.

(53) Cf. a propósito A. MARTINDALE, *The Triumphs of Caesar by Andrea Mantegna in the Collection of Her Majesty the Queen at Hampton Court*, Londres, HMSO, 1979, Edith BALAS, “Cybele and Her Cult in Andrea Mantegna’s The Triumph of Caesar”, in *Gazette des Beaux-Arts*, Ano 132, Período 6.º, n.º 115, Janeiro 1990, pp. 1-14, e Christopher LLOYD, *Andrea Mantegna. The Triumphs of Caesar*, Londres, HMSO, 1991, concretamente p. 28 (Tela V); já no período Barroco (c. 1628), P. P. Rubens realiza um outro magnífico Triunfo Romano (National Gallery, Londres), no qual se reconhecem quatro elefantes, em idêntico posicionamento e postura (denunciando o seu provável conhecimento, directo ou indirecto, da tela de Mantegna).

(54) Cf. Francesco COLONNA, *Hypnerotomachia Poliphili* (ed. de Giovanni Pozzi e Lucia Ciapponi), Vol. I, Pádua, Edizioni Antenore, 1980 (1.ª ed. Veneza, 1499); cf. também Maurizio Fagiolo dell’ARCO (dir. de), *La Festa Barocca* (col. Corpus delle Feste a Roma, 1), Roma, Edizioni De Luca, 1997, p. 57; idêntico tratamento se regista com os elefantes que integram o cortejo do triunfo de César, tal como surge na gravura de G. Lauro de 1609, cf. *Idem*, p. 57.

- ⁽⁶⁵⁾ Cf. Maria Antónia Gentil QUINA, “A Série de Tapeçarias dos ‘Sucessos e Triunfo de D. João de Castro’ na Índia”, in AAVV, *Tapeçarias de D. João de Castro*, Lisboa, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, p. 116.
- ⁽⁶⁶⁾ Cf. Maria Antónia Gentil QUINA, “Tapeçarias dos ‘Sucessos e Triunfo de D. João de Castro’ na Índia”, in AAVV, *Tapeçarias de D. João de Castro*, (...), p. 235.
- ⁽⁶⁷⁾ Cf. Javier ARCE, *Funus Imperatorum. Los Funerales de los Emperadores Romanos*, Madrid, Alianza Editorial, 1988, p. 50 e p. 154, por exemplo.
- ⁽⁶⁸⁾ Cf. *idem*, pp. 151-155; cf. a este respeito também Shaw SMITH, “Rubens and the *Grand Camée de France: the Consecratio* in the Medici Galleries of the Luxembourg Palace”, in *Gazette des Beaux-Arts*, Ano 134, Período 6.º, Tomo CXX, n.º 1.485, Out. 1992, pp. 127-136.
- ⁽⁶⁹⁾ Jean CHEVALIER, Alain GHEERBRANT, *Dictionnaire des Symboles*, Paris, Robert Laffont, 1982, p. 397.
- ⁽⁷⁰⁾ Cf. Elefante, in AAVV, *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, Vol. XIX, (...), p. 701.
- ⁽⁷¹⁾ Cf. por exemplo Lucia IMPELLUSO, *La Nature et ses Symboles. Repères Iconographiques*, Paris, Hazan, 2003, p. 202.
- ⁽⁷²⁾ Cf. Donald LACH, *op. cit.*, Vol. II, Tomo 1, p. 124.
- ⁽⁷³⁾ Cf. Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, Parte III, Cap. LV (1.ª ed. 1566).
- ⁽⁷⁴⁾ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, Maço 15, Doc. 5, publ. por Luís Augusto Rebelo da SILVA, *Corpo Diplomático Português*, Vol. I, Lisboa, Real Academia das Ciências, 1862, pp. 238-242.
- ⁽⁷⁵⁾ Cujo original se encontra na Biblioteca de S. Lorenzo del Escorial; cf. Francisco de HOLANDA, *Álbum dos Desenhos das Antignalbas*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- ⁽⁷⁶⁾ Francisco de ANDRADE, *Chronica del Rey D. João o III*, Porto, Lello & Irmão, 1976, Parte II, Cap. V (1.ª ed. 1605); cf. também Rafael GARCIA MAHIQUES, *op. cit.*, pp. 285-285.
- ⁽⁷⁷⁾ Filho primogénito do imperador Fernando I e, enquanto marido da arquiduquesa Maria, filha de Carlos V, sobrinho da rainha D. Catarina, esposa de D. João III de Portugal.
- ⁽⁷⁸⁾ Cf. Donald LACH, *op. cit.*, Vol. II, Tomo 1, pp. 144-146.
- ⁽⁷⁹⁾ BIBLIOTECA DA AJUDA, *Cartas de Lourenço Pires de Távora*, fl. 306, publ. por José da Silva Mendes LEAL, *Corpo Diplomático Português*, Vol. IX, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1886, p. 400; cf. também Francisco Marques de Sousa VITERBO, “O Orientalismo em Portugal no Século XVI”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, XII Série, n.º 8, 1893, p. 318.
- ⁽⁸⁰⁾ A.N.T.T., *Colecção de S. Vicente*, Livro 13, fl. 151, publ. por José da Silva Mendes LEAL, *op. cit.*, Vol. IX, p. 418; cf. também Francisco Marques de Sousa VITERBO, *op. cit.*, p. 318.
- ⁽⁸¹⁾ Cf. Donald LACH, *op. cit.*, Vol. II, Tomo 1, pp. 150-151; mais tarde ainda, um outro monarca português, D. Pedro II, oferecerá também ele um elefante, desta feita a Luís XIV, rei de França, em 1668, depois desenhado por Pierre Boël e Charles Le Brun – cf. a respeito Bent SORENSEN, “L’Éléphant de Jacques François Joseph Saly”, in *Gazette des Beaux-Arts*, Ano 137, Período VI, Tomo CXXVI, n.º 1521, Out. 1995, pp. 139-148.
- ⁽⁸²⁾ Cf. Ana Maria ALVES, *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p. 141 e p. 143.
- ⁽⁸³⁾ Cf. Francisco de HOLANDA, *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984 (fls. 18 e 18v. do original).
- ⁽⁸⁴⁾ Cf. *Idem*, p. 141; cf. também Dagoberto MARKL (introd. de), *Livro de Horas de D. Manuel*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

AS CELEBRAÇÕES DA MORTE NO PANTEÃO RÊGIO DE SANTA MARIA DE BELÉM
E O MODELO DOMINANTE NA TUMULÁRIA MANEIRISTA PORTUGUESA

- ⁽⁷⁵⁾ Cf. António Alberto Banha de ANDRADE, “Subsídios para a História da Arte no Alentejo”, in *Anais*, 2.ª Série, Vol. 26, Tomo II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1980, p. 60 e fotografia VI.
- ⁽⁷⁶⁾ Cf. Vítor SERRÃO, *op. cit.*, p. 23.
- ⁽⁷⁷⁾ Trata-se de um atlas de 20 folhas, 395 x 527 mm; cf. para este e outros exemplos Armando CORTESÃO, A. Teixeira da MOTA, Alfredo P. MARQUES, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987 (7 vols.).
- ⁽⁷⁸⁾ Acerca desta obra cf. John POPE-HENNESSY, *Italian Renaissance Sculpture*, Londres, Phaidon, 2000 (1.ª ed. 1958), concretamente o Cap. *Agostino di Duccio and the Tempio Malatestiano*, pp. 243-255; a datação de 1446-1447 adoptada por bibliografia anterior, referenciada, por exemplo, em Annemarie Jordan GSCHWEND, *A Capela-mor: um Panteão para a Dinastia de Avis*, in Anísio FRANCO (dir. de), *op. cit.*, Vol. II, p. 89 (nota 23), já foi abandonada.
- ⁽⁷⁹⁾ Cf. Reynaldo dos SANTOS, *O Mosteiro dos Jerónimos*, in Raul PROENÇA (dir. de), *Guia de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924, p. 401, Reynaldo dos SANTOS, *O Mosteiro dos Jerónimos*, Porto, Ed. Marques Abreu, 1930, p. 10, A. Ayres de CARVALHO, *D. João V e a Arte do Seu Tempo*, Vol. II, Lisboa, Ed. do Autor, 1962, p. 13, Jorge SEGURADO, *Francisco de Ollanda*, Lisboa, Ed. Excelsior, 1971, p. 407, e Rafael MOREIRA, *Jerónimos*, Lisboa, Ed. Verbo, 1987, p. 14.
- ⁽⁸⁰⁾ O que significa: o elefante indiano não teme os mosquitos, ou seja, para os Malatesta os inimigos não eram mais do que mosquitos – cf. Mariavittoria ANDRINI, “Il Tempio del Sapere. Cesena: la Biblioteca Malatestiana”, in *Bell'Italia*, n.º 239, Mar. 2006, p. 90.
- ⁽⁸¹⁾ Cf. Mariavittoria ANDRINI, *op. cit.*, pp. 88-98.
- ⁽⁸²⁾ Constante do acervo do Munzkabinett de Berlim – cf. Donal LACH, *op. cit.*, Vol. II, Tomo 1, p. 132.



Fig. 1 ■ CATAFALCO DAS EXÉQUIAS FÚNEBRES DO REI D. MANUEL, NA IGREJA DE SANTA MARIA DE BELÉM, representado numa iluminura do denominado *Livro de Horas de D. Manuel*, 1517-c.1526. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, publ. por AAVV, *História da Arte em Portugal*, Vol. 5, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 141.

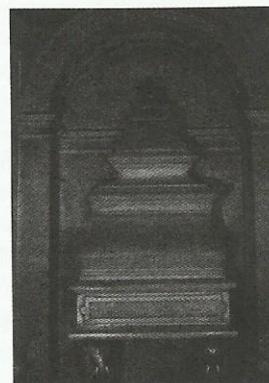


Fig. 2 ■ MONUMENTO FÚNEBRE DO REI D. MANUEL, capela-mor da igreja de Santa Maria de Belém, Lisboa.



Fig. 3 ■ Representações de rogos (piras), em MOEDAS ROMANAS DE VÁRIAS DATAS, publ. por Javier ARCE, *Funus Imperatorum: los Funerales de los Emperadores Romanos*, Madrid, Alianza Editorial, 1988, p. 144.



Fig. 4 ■ Representação do TRIUNFO DE CÉSAR, PELA VIA TRIONFALE ATÉ AO CAMPIDOGLIO, numa gravura de G. Lauro, 1609. publ. por Maurizio Fagiolo dell' ARCO (dir. de), *La Festa Barocca* (col. Corpus delle Feste a Roma, 1), Roma, Edizioni De Luca, 1997, p. 57.

Fig. 5 ■ MOEDAS ROMANAS (de diferentes datas) COM REPRESENTAÇÕES DE ELEFANTES EM CORTEJOS DE FUNERAIS IMPERIAIS publ. por Javier ARCE, *Funus Imperatorum: los Funerales de los Emperadores Romanos*, Madrid, Alianza Editorial, 1988, p. 50.



Fig. 6 ■ PROJECTO DE FONTE PARA O ROSSIO, integrando quatro elefantes, da autoria de Francisco de Holanda (1517-1584), c. 1571, constante da obra *Da Fábrica que Falece a Cidade de Lisboa*, fl. 18v., Biblioteca da Ajuda, Lisboa publ. in Francisco de HOLANDA, *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

